

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.725 - SP (2019/0299295-5)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**BRUNO MARTINELLI SCRIGNOLI - SP332406**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : LEANDRO CARVALHO ROCHA (PRESO)**  
**PACIENTE : MARCOS PAULO DA SILVA BEZERRA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LEANDRO CARVALHO ROCHA e MARCOS PAULO DA SILVA BEZERRA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que indeferiu o pedido liminar no *writ* de origem.

Os pacientes foram presos em flagrante, custódia convertida em preventiva, pela prática do crime do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, diante da apreensão de *13 embalagens com cocaína, 235 embalagens com maconha e 12 garrafinhas com lança-perfume, R\$ 634 em notas trocadas, 5 isqueiros e 5 embalagens com papel-seda.*

Neste *writ*, a defesa destaca ausência dos requisitos da prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, razão pela qual pugna pela sua revogação.

Na origem, processo n. 1502703-68.2019.8.26.0548, aguarda-se o relatório final da autoridade policial, consoante informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 7/10/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, não se admite a utilização de *habeas corpus* contra decisão que indeferiu a liminar em *writ* impetrado no Tribunal *a quo*, sob pena de indevida supressão de instância.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, quando evidenciada a presença de decisão teratológica ou desprovida de fundamentação, é possível a mitigação do referido enunciado.

Contudo, é imprescindível destacar que, em sede de *habeas corpus*, a prova deve ser pré-constituída e incontroversa. Compulsando o presente feito, constato a ausência do decreto prisional, peça imprescindível para análise da sua alegada inidoneidade. Nesse sentido:

# Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA E **DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO DO WRIT**. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Não é possível conhecer do habeas corpus quando caracterizadas a deficiente instrução do feito e a indevida supressão de instâncias. Além da falta de cópia do aresto impugnado, a pretensão de afastamento da revelia e do art. 366 do CPP foi deduzida diretamente neste Superior Tribunal, sem análise prévia do Juiz de primeiro grau e do Tribunal de Justiça.

2. A pretensa ilegalidade não exsurge da mera leitura da sentença e do acórdão impugnados, o que impede a aplicação do art. 654, § 2º, do CPP.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 427.049/ES, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 26/02/2018)

Assim, a deficiência da instrução não permite sequer análise de eventual ilegalidade apta a justificar a mitigação do enunciado da Súmula n. 691 do STF.

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro NEFI CORDEIRO  
Relator